

Estatização vence o primeiro assalto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se prevalecerem, no resultado final da nova Constituição, a maioria das propostas e os pareceres dos relatores das 24 subcomissões, a esquerda venceu o primeiro assalto da luta da estatização contra a privatização. A liberdade de iniciativa será muito limitada pelas propostas: aumentarão os monopólios, será adotada a reserva de mercado para indústrias que exijam tecnologia de ponta (além da informática), as empresas estrangeiras terão mais dificuldades para se instalar no Brasil, serão limitadas as taxas de juros, o capital das empresas será "democratizado" e os empregados participarão dos lucros dos empregadores.

A se julgar pelas propostas apresentadas, no primeiro perfil da nova Constituição, há uma preocupação distributivista, mas não se prevê a fonte dos recursos que o Estado vai gastar. Na defesa teórica do trabalhador, parece ter sido esquecido o princípio elementar de que o Leviatã estatal vive justamente do dinheiro ganho por esse trabalhador. Nos esboços preliminares do trabalho final da Constituinte, a serem reunidos amanhã, nos exatos cem dias de seu funcionamento, há uma preocupação de distribuir, mas se esquece da lição elementar, segundo a qual só se distribui aquilo que se consegue produzir.

Os relatores, atropelados pelo prazo estipulado, não chegaram a

tomar sequer conhecimento do surpreendente número de sugestões encaminhadas entre 24 de março e 6 de maio, cujo número parcial até sexta-feira à tarde era de 9.456 propostas, podendo chegar facilmente a mais de dez mil sugestões. No final da semana, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ainda, dava despachos às sugestões, enquanto os relatores elaboravam seus pareceres sem dar atenção às propostas.

Do ponto de vista político, o trailer dado pelos pareceres dos relatores faz prever uma Constituição com tendência para um sistema misto de governo, entre o parlamentarismo e um presidencialismo com menos poderes para o presidente da República, garantindo-lhe, porém, o princípio da eleição direta. O Congresso Nacional terá restabelecidas as suas principais prerrogativas, usurpadas durante o período do autoritarismo.

Os militares manterão seu papel de poder intervir na defesa interna, mas apenas a pedido do presidente da República, depois de ouvir o Congresso Nacional no prazo de 24 horas (72 horas, no caso de ser um período de recesso, quando o Congresso seria convocado extraordinariamente).

Ainda na área política, além das eleições diretas para presidente da República e um sistema parlamentarista misto, haveria a garantia de um mandato presidencial de cinco anos (inclusive para Sarney). O Congresso retoma suas

principais prerrogativas, participando na elaboração do orçamento, cancela-se o recurso do decreto-lei e do decurso de prazo para rejeitar matérias não votadas.

Quanto às questões militares, a ação interna estaria condicionada ao apelo presidencial após ouvido o Congresso, acabando-se assim com a destinação vaga de "garantia da lei e da ordem" e com a Lei de Segurança Nacional, além do status de ministro para os titulares do Estado Maior das Forças Armadas, SNI e Gabinete Militar. Foi rejeitada a idéia de criação do Ministério da Defesa e do voto aos soldados e cabos, ampliando-se o serviço militar às mulheres e religiosos.

A subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos constatou que 400 das 520 sugestões a ela encaminhadas prevêm os mesmos assuntos: estabilidade no emprego, fixação do salário mínimo, liberdade sindical, redução do tempo e melhoria dos vencimentos na aposentadoria, proibição de locação de mão-de-obra, redução da jornada de trabalho e obrigatoriedade de concurso para ingresso no serviço público.

Entre as propostas mais esdrúxulas há uma, na Subcomissão dos Municípios e Regiões, propondo a extinção dos Estados e a adoção de um Estado unitário, teoricamente para dar força aos municípios.

Se depender da relatora Cristina Tavares (PMDB-PE), da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e

Comunicação, será dada uma linha nacionalista de intransigente defesa da reserva de mercado para a Informática e por uma revisão na política de concessão de canais de rádio e televisão, criando-se um conselho integrado pelas partes interessadas.

Na área econômica, segundo relatores, prevê-se uma Constituição que consagre alguns princípios que possam ser interpretados flexivelmente, de acordo com o momento político e a conjuntura do mercado interno e externo. Nos extremos dessa posição estão as propostas de estatização e nacionalização do sistema financeiro, contra o fortalecimento da justiça e um mercado absolutamente livre, dominado pela lei da oferta e da procura, com alguns dispositivos para evitar o abuso do poder econômico.

Na Subcomissão de Tributo, Participação e Distribuição de Receitas concentram-se as mais técnicas das discussões e as mais radicais posturas de defesa de setores e regiões. Em especial destaca-se a bancada do Norte-Nordeste, que reivindica maior participação nas receitas. Há, ainda, o grupo municipalista, que pretende privilegiar as prefeituras e engloba uma facção diversa das que pretendem garantir recursos para as regiões metropolitanas. Também tem os que defendem a vinculação da receita para os mais diversos setores (Educação, Saúde, Agropecuária, etc.) que somadas, atingem pelo menos 150% da receita.

Esta é uma vitória da esquerda

ANC

15

10 MAI 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

Estatização da economia, estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 40 horas semanais, permissão para desapropriação de latifúndios produtivos em regiões prioritárias para a reforma agrária e reserva de mercado não só para a informática, mas também para a química fina, biotecnologia, microeletrônica e novos materiais. Estas são as principais teses do PMDB para a Constituinte, segundo interpretação da *Carta Sempre!* de Brasília da semana passada, uma publicação de ampla circulação nos gabinetes mais estratégicos do País.

A *Carta Sempre!* publica uma ampla análise do documento aprovado no congresso nacional do PMDB, realizado em agosto do ano passado, e chamado de "As Sete Teses do PMDB". Em alguns temas, a *Carta Sempre!*, como uma "publicação analítica e prospectiva", vai além da interpretação e apresenta conclusões nem sempre explícitas no texto do partido. De qualquer forma, a *Carta Sempre!* já chegou ao terceiro andar do Palácio do Planalto e ainda espalhando pânico entre os seus ocupantes mais ilustres. As teses do PMDB, apresentadas pela publicação, receberam até o apelido de "Plano Bolívia". Os habitantes do Planalto temem ver repetida no Brasil a experiência boliviana, em que um governo de esquerda praticamente destruiu a economia do país, tornando "gravosa" a exportação de estanho.

Mas não foram apenas os ocupantes privilegiados do Planalto que se assustaram com as perspectivas divulgadas pela *Carta Sempre!*. O empresário Olacyr Moraes considera as propostas estapafúrdias, porque demonstram o total desconhecimento da realidade brasileira: "Esse país não quer mais trabalhar. Já temos a Semana Santa, o Natal, o carnaval... e eles querem diminuir ainda mais as horas de trabalho". Para ele, as propostas vão levar ao ócio nacional.

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, recebeu as medidas até com impaciência: "O Brasil está mesmo sempre atrasado". Ele lembrou o exemplo de países como França, Espanha, China e até União Soviética, que estão abrindo suas economias. "Se esses países estão revendo seus conceitos econômicos é porque a experiência não deu certo. E o Brasil quer entrar nessa agora, com 20 anos de atraso", comentou. Além disso, conforme Rocha Azevedo, o Estado tem sido completamente incompetente para gerir a economia.

TESES DA CONSTITUINTE

O documento do PMDB foi publicado na revista do partido e distribuído aos vice-líderes na Constituinte através do gabinete do senador Mário Covas, mas por iniciativa de outro senador, Severo Gomes, presidente da Fundação Pedroso Horta. A partir desta semana, ela passa a ser entregue a todos os constituintes peemedebistas para servir de parâmetro nas discussões e votações nas comissões e subcomissões.

Segundo dois vice-líderes do partido, deputados Euclides Scalco e Antônio Perosa, o documento é necessário para o PMDB, que não possui um objeto de Constituição discutido previamente. Dessa forma, com base nos resultados das discussões e teses do congresso, os líderes poderão avaliar se os peemedebistas es-

tão aprovando na Constituinte propostas de acordo com as teses partidárias. Paralelamente, o senador Mário Covas reuniu-se durante três dias com a bancada do PMDB, consultando-a sobre quais propostas devem ser aprovadas pela Constituinte. Covas vai distribuir ainda um questionário com cerca de 20 perguntas para avaliar com mais precisão qual a posição dos constituintes em relação aos temas mais importantes e polêmicos.

Na avaliação da *Carta Sempre!*, as teses do PMDB "ameaçam esquerdizar a Constituição" e não refletem "qualquer unidade peemedebista". Segundo a publicação, a falta de critério na distribuição dos peemedebistas dentro das comissões dificulta a aprovação das propostas. No seu entender, por exemplo, dificilmente a orientação estatizante do partido prevalecerá na Comissão de Ordem Econômica, embora o PMDB tenha maioria de membros. "Seus representantes são quase todos vinculados ao capital nacional", explica. Em outras comissões, como a dos Direitos dos Trabalhadores, as propostas podem ser adotadas.

O QUE QUER O PMDB

"Na verdade, essas teses são um libelo contra a campanha anti estatizante", avalia a *Carta Sempre!*. E afirma: "Em defesa da ação econômica do Estado, diz o documento (do PMDB) que as respostas dos desequilíbrios sociais do País "não podem ser dadas pelo mercado livre", em função do grau de distorções no processo produtivo marcadamente concentracionista.

Na questão dos direitos trabalhistas, segundo a mesma publicação, o PMDB defende a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, inibição da utilização de horas extras e estabilidade plena no emprego, com proibição da demissão imotivada. O texto do partido, porém, não estipula o número de horas semanais de trabalho, só se referindo à "redução da jornada". A *Carta Sempre!* fala também em pleno direito de greve, com redefinição constitucional do que sejam categorias essenciais de trabalhadores, mas as teses mencionam "amplo direito de greve".

A questão agrária também é um tópico polêmico na proposta peemedebista. Conforme ainda a mesma publicação, o partido propõe a alteração do limite máximo da empresa rural ou propriedade rural em 300 módulos fiscais, para evitar a burla do conceito latifundiário (na prática, maior taxa para a terra ociosa), além da permissão para desapropriação de latifúndios produtivos, quando situados em regiões prioritárias para a reforma agrária.

A análise da *Carta Sempre!* entende também que, com o objetivo de aumentar a receita tributária e fortalecer o federalismo, o PMDB recomenda a tributação progressiva de todo e qualquer rendimento, inclusive os ganhos de capital de curto prazo, os dividendos e os lucros do mercado imobiliário. Além disso, garante a publicação, o partido prega a definição constitucional da reserva de mercado, indicando como passíveis de proteção outros setores além da informática, como a química fina, biotecnologia, microeletrônica e novos materiais.